

FÓRUM

Boletim nº 3 - Ano II - Fevereiro/Março/99

De Defesa dos Direitos
da Criança e do
Adolescente de
Osasco

Editorial

A atuação do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no ano de 98, esteve marcada por uma série de atividades no sentido de buscar soluções e alternativas aos problemas que atingem a infância e a adolescência em Osasco. Entre elas destacamos, o Projeto de implantação de um Centro de Referência e Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco; o Seminário Mitos e Dilemas do Trabalho Infante Juvenil; o Seminário Saúde do Adolescente; o acompanhamento ao processo de instalação dos Conselhos Tutelares; participação ativa na Marcha Global pela Erradicação do Trabalho Infantil e na elaboração da carta de compromisso assinada pelas autoridades municipais e vários movimentos sociais no sentido de ações para por fim ao trabalho infantil na cidade; o acompanhamento dos serviços públicos e do trabalho das entidades de atendimento na área de saúde e educação; entre outras atividades.

Além disso, o Fórum avançou na sua organização interna e administrativa, em uma Assembléia, realizada em maio de 98, foi aprovado o Estatuto do Fórum e eleita uma nova Coordenação, o Fórum também ganhou uma sede junto com a Pastoral da Criança, no Centro Paroquial (atrás da Catedral Santo Antonio), que ajudará em muito a nossa organização, por fim, merece destaque as plenárias mensais do Fórum, que nesse ano ganharam a adesão de novos companheiros, aumentando assim a participação de pessoas que lutam em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes de Osasco.

É preciso também destacar que em todas as atividades do Fórum contamos com a participação e o apoio de várias entidades não governamentais, muitas dessas atividades foram organizadas em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a CAIESO, vários Sindicatos, entidades de atendimento etc.

Mas de todas as atividades realizadas em 98 e de todas as preocupações que

permeiam a atuação do Fórum em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, sem dúvida, temos como destaque, a luta pela Erradicação do Trabalho Infantil, em função da Marcha Global, que percorreu várias cidades do país, e suscitou uma série de discussões acerca desse tema. Em Osasco esse tema esteve em pauta por todo o ano de 98, fruto de toda essa mobilização, foi a assinatura de uma Carta de Compromisso da Cidade de Osasco, ratificando os objetivos da Marcha e apontando soluções para os problemas específicos de Osasco, e depois, a partir do Seminário Mitos e Dilemas do Trabalho Infante Juvenil, realizado em julho de 98, a assinatura de um outro documento, com as prioridades elencadas no seminário para que o município possa combater a existência do Trabalho Infantil e proteger o trabalho do adolescente. A Marcha sem dúvida nenhuma serviu para alertar a sociedade e o poder público para a grave situação da criança, que em função de condições sócio-econômicas precárias é submetida ao mercado de trabalho, ceifando assim o seu direito natural à infância e comprometendo seu futuro, serviu também para alertar sobre o trabalho adolescente, acima de 14 anos, assegurado por lei, mas que na maioria das vezes é irregular, porque o empregador não cumpre o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas leis trabalhistas em vigor. Mas para além da comoção social criada pela Marcha, várias ações ainda devem ser tomadas, a assinatura desses dois documentos de compromisso, são sem dúvida, passos importantes, mas de nada valerão, sem ações concretas que consigam colocar fim a exploração do trabalho infantil e as irregularidades no trabalho adolescente.

Por último fica o agradecimento do Fórum a todos aqueles que de uma forma ou de outra colaboraram com as nossas atividades e a certeza que a luta por uma infância e adolescência digna continua, mais viva do que nunca.

CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: O QUE VOCÊ TEM COM ISSO



AJUDE A ESCOLHER
BONS CONSELHOS
PARA NOSSA CIDADE!

PÁG. 2

Luta pela erradicação do
trabalho infantil

PÁG. 3

Conselhos Tutelares da
Criança e do Adolescente

PÁG. 4

Desemprego e a infância e
adolescência no Brasil

A luta pela Erradicação do Trabalho Infantil

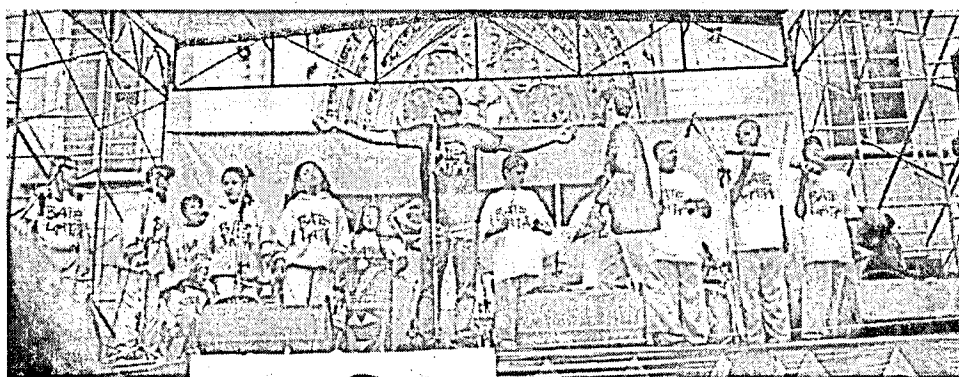
O tema Trabalho Infantil foi debatido durante todo o ano de 98 pelas entidades e membros do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Osasco.

O Fórum se juntou à luta pela erradicação do trabalho infantil por entender que nenhuma criança pode ser privada de seu direito à educação e ao lazer, em função da desestruturação econômica de seus familiares. Para tanto realizou debates e seminários que auxiliaram os participantes das atividades a refletirem sobre a exploração da mão-de-obra infantil: suas causas e conseqüências na vida da criança.

A exploração da mão-de-obra infantil é um fenômeno tão antigo como a pobreza, na verdade caminham juntos, de mãos dadas, como expressão do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, onde o que prevalece é o capital e sua acumulação.

Por isso o entendimento sobre esta questão é complexo e de difícil aceitação para a maioria das pessoas, cabendo ao Fórum o papel de articular e produzir reflexões sobre os vários aspectos e maneiras como se dá o trabalho infantil.

Quem participou do seminário **Mitos e Dilemas sobre o Trabalho Infantil (17/**



Ato realizado na Praça da Sé

07/98) pôde conferir a riqueza das discussões sobre a questão bem como se atualizar do movimento mundial contra a exploração da mão-de-obra infantil.

O seminário foi realizado no SESI - Piratininga e contou com a presença da Secretária de Assistência e Promoção Social, Magali Aragoni; da presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Neuza Fioritta; da Maria Isabel da CUT, que percorreu todo o estado de São Paulo acompanhando a Marcha contra o trabalho Infantil; do presidente do Fórum, Pe Luiz Fernando; da presidente do CAIESO, Conceição Paixão; a vereadora Sônia Rainho representando a Câmara Municipal; além da presidente da CIESP/

Osasco, Danuta, e do Ministério do Trabalho, Marília de Oliveira. Esteve presente também o representante do prefeito da cidade, Pastor Silas.

No ato de encerramento do seminário foi assinado pelas autoridades presentes uma "CARTA DE COMPROMISSOS" que firma entre as partes, o compromisso de luta contra o trabalho infantil e indica algumas ações, consideradas prioritárias, para minimizar a situação, além, da proposta de uma pesquisa no município de Osasco para identificar a exploração da mão-de-obra infante/juvenil no mercado de trabalho.

Conceição Paixão

Declaração dos Direitos Humanos é comemorada em Osasco com Tribunal Simulado

Em comemoração aos 50 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Núcleo Osasco, realizou nos dias 13, 14 e 15 de outubro o I Tribunal de Direitos Humanos de Osasco - D. Paulo Evaristo Arns, com três sessões de Júri Simulado. As sessões aconteceram no Plenário da Câmara Municipal.

A intenção da atividade foi contribuir para a reflexão da trajetória histórica da conquista dos direitos no Brasil com vista a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. O evento teve a seguinte programação: Sessão 1: "Violência contra os direitos da criança e do adolescente"; Sessão 2: "Violência e atuação policial no Brasil"; Sessão 3: "Violência contra os direitos dos trabalhadores".

O Tribunal foi uma simulação, com

direito a representante para a Defesa e outro para a Acusação para o julgamento de cada tema, além da composição de um corpo de jurados, formado por membros de entidades de defesa e atendimento ligadas ao assunto em questão.

O destaque do Tribunal ficou para o ato de encerramento com a presença de Dom Paulo Evaristo Arns, na Catedral Santo Antonio, onde o arcebispo fez um pronunciamento sobre "O Resgate Histórico dos Direitos Humanos no Brasil". Dom Paulo emocionou a todos, em especial, com o seu relato sobre o papel da Diocese de São Paulo na solidariedade às pessoas que foram perseguidas pela ditadura, como o apoio aos estudantes da USP, quando do assassinato pelo regime militar do líder estudantil Alexandre Vanucci Leme e do apoio aos operários quando do assassinato do líder metalúrgico Santo Dias.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, em 98, renovou a sua diretoria

Conheça os membros atuais do CMDCA:

Presidente: Verginia Mara Ventura

Vice Presidente: Estela C. R. Mariano

1º Secretário: Maria de Fátima Advincula Giacomini

2º Secretário: Maria Luiza Cardoso Cinta

1º Tesoureiro: Marlene da Silva Bispo

2º Tesoureiro: Iran José Barbirato

Diretor Social: Dra. Ana Tomie Nakayama

Dir. de Relações Públicas: Maria Ap. da Silva

Suplentes: Cristina Suenaga, Marinice R Martins, Ruth Boncocello de Souza, Fátima Regina de Oliveira, Geraldo Inácio da Silva Filho, Terezinha Maria dos Santos, Emília de Paula Hanashiro, Sônia Regina da Silva e Souza.

Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente

Finalmente serão instalados em Osasco os três Conselhos Tutelares, a anos movimentos em defesa da criança e do adolescente da cidade e vários movimentos sociais lutam pela implantação dos Conselhos Tutelares. Em Osasco a Lei que regulamenta a criação do Conselho foi aprovada pela Câmara Municipal em 1995. Por essa lei ficam estabelecidos três Conselhos Tutelares em Osasco, um na zona norte, um na região central e um na zona sul. Cada Conselho será composto de cinco membros, escolhidos pela população, para um mandato de três anos. O processo de escolha dos conselheiros começou em dezembro, quando o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão responsável por conduzir todo o processo de escolha, abriu inscrições para os candidatos. Os candidatos inscritos tiveram que passar por uma primeira fase de avaliação que consistia na apresentação de documentos comprobatórios do trabalho na área de defesa e atendimento à criança e ao adolescente, bem como, um plano de trabalho e currículo detalhado de suas atividades. Depois os candidatos passaram por uma avaliação escrita de caráter eliminatório, restaram 43 candidatos aptos a participar da última fase de escolha dos candidatos, a consulta popular, a ser realizada no dia 27 de fevereiro.

A eleição dos Conselheiros: Momento Decisivo

Os Conselhos Tutelares em Osasco são fruto de lutas dos movimentos sociais e de todos aqueles que lutam em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ele não surgiu de nenhum favor ou vontade de alguma autoridade, tanto que chega com um atraso de

quase 9 anos, devido a muitos não compreenderem a importância social que tem os Conselhos e nada terem feito para a sua existência..

O Conselho Tutelar surge a partir da lei 8069 de 1990 - o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. O Conselho (art. 131 do ECA) é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos pelo Estatuto. Ou seja, a mesma lei que assegura os direitos regulamenta o seu órgão de defesa.

O Conselho nasce assim como uma proposta democrática, como um mecanismo da sociedade civil para assegurar a cidadania e os direitos da criança e do adolescente. Ele introduz uma forma de participação popular, uma vez que cabe à população eleger os conselheiros, portanto, os mesmos devem a sociedade uma prestação de contas dos seus serviços. Ele nasce em concordância com as inovações trazidas pelo ECA, primeiro tratar as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, devendo portanto, serem ouvidos; segundo, exerce a Doutrina de Proteção Integral: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" - art. 4 do ECA. Em resumo, todos são responsáveis em assegurar os direitos das crianças e adolescentes.

Sem dúvida a instalação dos três Conselhos Tutelares em Osasco será um passo decisivo em defesa dos direitos das crianças e

adolescentes da nossa cidade. Existe uma demanda de ações que deveriam ser implementadas mas que muitas vezes não são feitas por não existir um órgão competente para tal. Portanto, os conselheiros terão muito trabalho pela frente e caberá à sociedade e ao Poder Público apoiar a ação dos conselheiros.

Demos esse pequeno resumo do que é o Conselho Tutelar para que todos tenham consciência do momento fundamental que é o processo de escolha dos candidatos. É o momento que a sociedade é chamada a participar, escolhendo de forma correta os candidatos. Não se esqueça de ir votar no dia 27 de fevereiro e de convidar os seus amigos e familiares para também comparecerem.

Veja como Votar

Você pode colaborar com as crianças e adolescentes de Osasco, votando nas eleições dos Conselhos Tutelares de nossa cidade.

Para isso, você tem que ter mais de 16 anos, ser eleitor de Osasco e levar o Título de Eleitor e a cédula de Identidade, no dia e local de votação.

Cada eleitor pode votar em até 05 (cinco) Conselheiros, sempre da mesma Zona (Norte, Sul ou Centro).

Data: 27 de fevereiro de 1999

Horário: das 9:00 às 16:00 horas

Local: Colégio Ceneart

Lgo 21 de Dezembro, n 22 - Osasco - Centro

(Próximo ao Mercado Municipal de Osasco)

CÉDULA DE VOTAÇÃO - Conselhos Tutelares de Osasco - Eleição 1999

Região Centro	Região Sul	Região Norte
<input type="checkbox"/> 21 Sônia B. Mariola <input type="checkbox"/> 54 Marinete Macedo <input type="checkbox"/> 49 Edson R. de Melo <input type="checkbox"/> 41 Nicolina A. Generoso <input type="checkbox"/> 32 Miriam A. Pereira <input type="checkbox"/> 15 Maria Efigênia F. Braga <input type="checkbox"/> 85 Helena F. A. Oliveira <input type="checkbox"/> 84 Elza Maria C. Pery <input type="checkbox"/> 44 Inácio P. Gurgel <input type="checkbox"/> 24 Maria Ione Ferreira	<input type="checkbox"/> 79 Ana Trapp Castro <input type="checkbox"/> 16 Denise B. Novais <input type="checkbox"/> 86 José A. V. Pereira <input type="checkbox"/> 71 João B. Grosso <input type="checkbox"/> 78 Regina M. Almeida <input type="checkbox"/> 22 Sandra B. Mariola <input type="checkbox"/> 58 Sueli A. G. Lopes <input type="checkbox"/> 87 Everson C. Andrade <input type="checkbox"/> 53 Alenice A. S. Mota <input type="checkbox"/> 04 Maria Lúcia G. Silva <input type="checkbox"/> 26 Azeli Cardoso Mota <input type="checkbox"/> 60 Cledson B. Barreto <input type="checkbox"/> 55 Aparecida F. Santos <input type="checkbox"/> 34 Vandréa Póvoa	<input type="checkbox"/> 27 Delma Benedito Lima <input type="checkbox"/> 13 Maria Eloisa Nascimento <input type="checkbox"/> 31 Maria Alice O. Alves <input type="checkbox"/> 33 Silvia C. Ap. Rainho <input type="checkbox"/> 45 Ronaldo P. da Silva <input type="checkbox"/> 01 Rosana Maria Lameu <input type="checkbox"/> 50 Marcia Ap. Godoi <input type="checkbox"/> 65 Edna Dalva P. Oliveira <input type="checkbox"/> 07 Maria Graça P. Ribeiro <input type="checkbox"/> 51 Dalva M. N. Ribeiro <input type="checkbox"/> 76 Vera Lúcia Lopes <input type="checkbox"/> 77 Sheila Regina Torres <input type="checkbox"/> 47 Marli S. de Oliveira <input type="checkbox"/> 08 Marinice C. Santos <input type="checkbox"/> 14 Delma M. S. Soares <input type="checkbox"/> 83 Luiz H. S. Pereira <input type="checkbox"/> 89 Maria Cristina de Lima <input type="checkbox"/> 35 Wilma Storelli <input type="checkbox"/> 40 Creusa A. N. Teixeira

MODELO
DE
CÉDULA

O desemprego e a infância e adolescência no Brasil

A taxa de desemprego nacional cresceu 38% nos quatro anos do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram 2,2 milhões de desempregados a mais no país. No total os brasileiros sem emprego chegaram a 6,6 milhões em 98. Soma-se a tudo isso a precarização das condições de trabalho daqueles que estão empregados.

Os cenários, segundo um estudo desenvolvido pela Unicamp, entretanto, são piores para 99. A dependência do tamanho da recessão, a taxa de desemprego pode crescer entre 9% a 51%. Isso significa que o contingente de desempregados, em 99, poderá ser acrescido de 700 mil a 3,6 milhões de pessoas.

Os dados segundo a pesquisa da Unicamp são sombrios, em especial, se continuar a política de recessão aprofundada por juros altos.

O desemprego é uma chaga que atinge milhões de pessoas no país, muitos chefes de famílias, homens e mulheres, e por conseqüência, milhões de crianças e adolescentes em todo o

país. Os males trazidos com o desemprego são os mais variados: não atendimento das necessidades básicas do indivíduo e de sua família; conseqüências psicológicas em função da pressão exercida pela sociedade sobre o desempregado; desestruturação da família; violência etc. E pouca reflexão é feita sobre o que acontece com as crianças e adolescentes expostos a essas condições. O quanto o desemprego compromete o seu futuro, o acesso a educação, cultura e lazer; as condições de uma alimentação saudável, o acesso à saúde, moradia etc. Muitos inclusive, em função do desemprego, vão para o mercado de trabalho, quando não têm idade apropriada para isso. Ou seja, as marcas do desemprego não são só as imediatas, sentida no bolso e no prato de comida, mas também para o futuro, para a formação, física, psicológica e cultural dos filhos.

Combinado com o desemprego, temos a falência dos serviços públicos, quando a população mais precisa de educação de qualidade e que atenda a

todas as crianças e adolescentes na rede pública; serviço de saúde para todos, e uma série de outros serviços que estão deteriorados em função das dívidas dos municípios e estados.

A sociedade brasileira vêm se mobilizando nos últimos anos na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Nas leis houve um avanço extraordinário com o Estatuto da Criança e do Adolescente, entidades de atendimento se multiplicaram pelo país, temas como o trabalho infantil ganharam nova ênfase e são amplamente condenados pela maioria da população, mas todo esse esforço pouco valerá se não houver as condições de uma vida digna. Lógico que as entidades de atendimento, por exemplo, são mais necessárias do que nunca nos momentos de crise, mas se as coisas continuarem como estão, continuaremos a ver essas entidades fazerem um esforço hercúleo para tirar as crianças das ruas, enquanto o governo, em função de sua política econômica, joga milhares de outras crianças nas ruas.

Municipalização do Ensino Fundamental

Em 1997, depois de muitos debates na câmara Municipal foi aprovado o projeto de municipalização do Ensino em Osasco. As escolas de 1ª a 4ª séries começaram a ser municipalizadas em 1998 e até 2002 todas estarão municipalizadas.

Em março de 1998 foi criado o Conselho Municipal da Educação de Osasco composto de 24 conselheiros e 24 suplentes.

O Conselho Municipal de

Educação tem poder consultivo para fiscalizar as verbas do Fundão a que a cidade tem direito e discutir os problemas educacionais do município.

As verbas devem ser aplicadas no ensino fundamental, como manutenção, compra de materiais didáticos e pagamento dos professores.

O Conselho Municipal de Educação escolhe quais as entidades representativas da sociedade podem

participar do conselho gestor do FUNDÃO. Define também um membro do Conselho para integrar o Conselho Gestor do FUNDÃO (15% da arrecadação do município, principalmente ICMS), para analisar e definir as prioridades que a cidade de Osasco possui.

Luiz Baldini – membro do Conselho de Educação e do CR da Apeoesp – Osasco.

Agora você já pode colaborar com o Fórum. Deposite qualquer quantia na conta corrente: 0216 134-6 Ag. 0127 Banco Bradesco

Expediente

Boletim Informativo do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Osasco
 Responsabilidade da Comissão de Divulgação do Fórum: Márcio Bento, Conceição Paixão, Ronaldo e Cledson
 Diagramação: Gonzaga
 Correspondência: R. N. Sra. Imaculada Conceição, 114 - Km 18 - Osasco - CX Postal 2021
 CEP 06191-970 - Tel.: 7208-7111